

RENOVAÇÃO E REVOLTAS: A ESCOLA MILITAR DO REALENGO DE 1918 A 1922

Fernando da Silva Rodrigues¹

Resumo: No início do século XX, dentro do Exército Brasileiro havia entre a maioria dos oficiais um denominador comum: era o Exército uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional. No Alto Comando Militar havia a percepção da necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas desse estado em que se encontrava. Podemos dizer que dentre as providências importantes tomadas, foi à ação modernizadora dos Jovens Turcos movimento divisor de águas dentro de um Exército por demais ligado ao modelo teórico cientificista do século XIX, um Exército que buscava a sua profissionalização e posteriormente a ação da “Missão Indígena” na Escola Militar do Realengo.

O ano de 1918 representou entre tantas outras coisas, o final da Primeira Grande Guerra, vista como um momento específico para análise dos ensinamentos militares, pois, muitos conceitos de combates mudaram, assim como, regras tradicionais de conduta na guerra. No Brasil, a definição do conflito mundial era analisada na expectativa de por em práticas reformulações no Regulamento das Escolas Militares de 1913, pensamento reconhecido tanto pelos oficiais que estagiaram na Alemanha e seus adeptos, quanto, pelos oficiais que se opunham à renovação iniciada por aquele grupo. Havia necessidade de reformular o regulamento para a Escola Militar e o próprio ensino militar para se adaptar as novas realidades do campo de batalha.

O Regulamento da Escola Militar do Realengo de 1918 e o de 1919.

Segundo Jehovah Motta², o Regulamento para Escola Militar de 1918 e de 1919 além de muito perto no tempo, eram também muito parecidos nas idéias e propósitos. Foram

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador do Arquivo Histórico do Exército, e Professor da Universidade Iguaçú.

sendo construídos no momento em que se encerravam os conflitos da Primeira Guerra Mundial.

A reforma do ensino feita através do regulamento da Escola Militar de 1918³, quando Wenceslau Braz Pereira Gomes (15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918) era o Presidente do Brasil e o General de Divisão José Caetano de Faria era o Ministro da Guerra (15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918), seguiu a linha da reforma de 1913, não pretendendo ser uma ruptura, mas sim uma atualização do antigo Regulamento, dentro dessa perspectiva foi mantida o rígido controle sobre os docentes e instrutores da Escola para que não houvesse distorções do programa, além do incremento do sistema disciplinar que variava da perda do salário até o afastamento, no caso dos civis, ou prisão, no caso dos militares. Determinou para o ensino militar apenas duas categorias que consagraram os ideais de profissionalização de um grupo de oficiais que investiam nesse movimento como forma de renovação da Instituição, principalmente daqueles oficiais que estagiaram na Alemanha ou daqueles ligados a esses ex-estagiários do Exército germânico, ou seja, o ensino teórico-prático e o ensino prático. A reforma de 1918 teve como ponto central o predomínio da prática sobre a teoria. A Escola continuava a adotar o regime de internato sendo destinada a ministrar aos seus alunos os conhecimentos necessários para o desempenho das funções de oficial de tropa de cada uma das quatro Armas. O ensino na Escola passaria a compreender cinco cursos: um fundamental, destinado a todas as Armas, e quatro especiais, sendo um para cada respectiva Arma.

Para se matricular na Escola Militar o candidato deveria preencher uma das seguintes condições, constante do Artigo 51 do Regulamento para a Escola Militar:

- a. Ser reservista de 1ª categoria do Exército ativo;
- b. Ter caderneta de reservista obtida fora da caserna e neste caso ainda com três meses de serviço no Exército ativo;
- c. Ter seis meses de praça e efetivo de serviço em um corpo do Exército;

² MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, p. 249.

³ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Decreto nº 12.977, de 24 de abril de 1918, aprovava o Regulamento para a Escola Militar. Seria um internato que se destinava a ministrar às praças do Exército os conhecimentos necessários para o desempenho das funções de oficial de cada uma das quatro armas. Não seria permitido em hipótese alguma que fossem matriculados oficiais na Escola Militar (Art. 1º, parágrafo único). Compreendia como cursos: um fundamental e quatro especiais, sendo um para cada arma.

d. Ter curso integral de um dos Colégios Militares, contando que verifique praça na Escola uma vez requisitado para a matrícula; ou

e. Ser Praça do Exército, voluntário e sorteado, com mais de seis meses de serviço.

Nos casos “b” e “c” do Artigo 51, o candidato deveria se apresentar no Corpo de Tropa que escolher, como voluntário, o qual seria admitido pelo Comandante se provasse que satisfazia às exigências constante do Artigo 52 do Regulamento.

De acordo com o Artigo 52, era preciso que o candidato providenciasse um requerimento que deveria dar entrada na secretária da Escola, até o dia 31 de dezembro de cada ano, dirigido ao Ministro da Guerra, composto dos seguintes documentos:

1. Certidão de idade ou documento equivalente, provando que o candidato é maior de 16 anos e menor de 20 anos;

2. Documentos provando que o candidato é solteiro e sem filhos;

3. Certificado de que o candidato não sofre de moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa;

4. Certificado de vacinação;

5. Atestado de boa conduta; e.

6. Atestado de aprovação nas seguintes matérias ou exames finais feitos em um dos colégios militares ou em estabelecimentos cujos exames preparatórios fossem considerados válidos para a matrícula nas escolas civis de ensino superior da República, ou a elas equiparados: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Física, Química, noções de Mecânica, História Natural, Geografia Geral, História Geral, Corografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra elementar, Geometria, Trigonometria retilínea, e Desenho Linear.

Por fim, os candidatos à matrícula deveriam ser submetidos na Escola Militar, a partir do primeiro dia útil da segunda quinzena de Fevereiro, a uma rigorosa Inspeção de Saúde e, em seguida, a um concurso de admissão que constava das seguintes matérias:

✓ Prova escrita e oral: Português, noções fundamentais de Geometria Analítica, noções fundamentais de Geometria Descritiva e Desenho correspondente;

✓ Prova oral: prática falada de uma das línguas estrangeiras constantes do atestado de aprovação de matérias.

Na parte disciplinar repete o disposto no Regulamento de 1913, mantendo a rigidez do sistema punitivo. É interessante analisar que no Regulamento de 1918, o Artigo 169 prevê aos sábados e nas vésperas de feriados, concluídos os trabalhos escolares, que o Comandante da Escola podia liberar os alunos que quisessem e que tivessem nota 3,5 (três e meio) em cada matéria do ensino teórico-prático e nota de aproveitamento na parte prática, devendo o aluno comparecer no primeiro dia útil à primeira formatura, ou seja, pelo novo Regulamento, sobrava muito pouco tempo para o aluno estar fora do meio militar em contato com a sociedade e com as atividades políticas externas a Instituição, devendo integrar-se totalmente com as coisas militares, modelo de profissional chamado de soldado-profissional, aquele que não deve intervir na política.

Já o Regulamento da Escola Militar de 1919⁴, quando Delfim Moreira da Costa Ribeiro era o Presidente do Brasil e o General Alberto Cardoso de Aguiar era ainda o Ministro da Guerra, definiu que nos estabelecimentos de ensino militar deveriam ser ministrados apenas conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de Capitão. A reforma de 1919, obrigava o oficial a manter constante aperfeiçoamento em sua profissão, enquanto durar sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus.

Analisando a mudança no regulamento da Escola Militar do ano de 1919, podemos perceber que além da tentativa de aprimoramento do Regulamento de 1918 com o fim da Grande Guerra, teremos o momento em que a cultura militar prussiana consolidou o seu domínio sobre a formação do oficial do Exército Brasileiro conquistando o interior da Escola Militar do Realengo e principalmente os currículos escolares com o predomínio do ensino prático sobre o teórico. Atingia-se o objetivo que vinha sendo buscado desde 1905, com uma Escola modelada segundo padrões militares de currículo (ensino mais práticos do que teóricos) e de disciplina rígida.

⁴ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919 que cria um novo Regulamento para a Escola Militar.

A Missão Indígena a caminho da Escola Militar do Realengo

O decorrer da Primeira Guerra Mundial foi fator preponderante para trabalhar o problema de modernização do ensino militar. Segundo o Alto Comando do Exército, havia a necessidade de colocar a instrução na Escola Militar do Realengo, nos mesmos moldes da instrução militar dos países mais desenvolvidos da Europa. Segundo o Marechal Odylio Denys⁵, foram figuras importantes nas iniciativas das transformações ocorridas os seguintes militares: Generais José Caetano de Faria, Alberto Cardoso de Aguiar⁶, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso; e os Capitães Joaquim de Souza Reis Neto, Bertholdo Klinger, Genserico de Basconcelos, Epaminondas de Lima e Silva, Brasílio Taborda, Sílio Portela, Estevão Leitão de Carvalho e Euclides Oliveira Figueiredo; além dos seguintes civis: Barão do Rio Branco⁷, Olavo Bilac e Pandiá Calógeras⁸.

Em 1918, foi tomada uma das principais providências para desencadear a renovação do ensino militar na EMR. O Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, abriu um processo de seleção para um quadro de instrutores naquela Escola de Formação de Oficiais, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão⁹. Esse grupo de instrutores que ficaram conhecidos com o nome de, “A Missão Indígena” começou seus trabalhos fora da Escola no segundo semestre de 1918, e na prática, em 1919 assumiram toda a estrutura de ensino militar do Exército. O

⁵ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. n.º 718, p. 15.

⁶ Dentre as diversas ações podemos ressaltar: a contratação da Missão Militar Francesa em 1919, para instrução no Exército e assessoramento do Estado-Maior, encomenda de aviões e de armamentos, reorganização do quadro de oficiais, e o início do processo seletivo para instrutores da EMR em 1919.

⁷ Segundo a historiografia, esse contexto favorável às questões militares teve como centro principal o incentivo dado pelas ações do Barão do Rio Branco, quando Ministro das Relações Exteriores (1902 – 1912), o qual insistia que o Brasil só poderia se projetar internacionalmente, a partir, de Instituições militares fortes (TREVISAN, 1993:254-255).

⁸ Ministro da Guerra, em 1921, no governo Epitácio Pessoa, apesar de ser civil era conhecido no país como um dos principais conhecedores dos problemas militares no Brasil, sendo responsável pela reorganização do Exército em 1921, aprovada pelo Decreto 15.235, de 31 de dezembro. Os principais pontos dessa reorganização foram: 1) melhor estruturação das grandes unidades; 2) criação dentro das Divisões, das unidades especiais de carro de combate e de aviação; 3) aumento das dotações de armas automáticas e peças de Artilharia; 4) construção de diversos quartéis e encomenda de compra de armas automáticas, canhões de montanha, e Artilharia de Montanha; 5) e aumento do efetivo do Exército em tempo de paz. No tempo de sua administração, evitou que a reorganização ficasse só no papel, dando condições para execução de fato (MOTTA, 1998, 222-223).

⁹ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Lei 3.719, de 15 de janeiro de 1919 instituiu o concurso com provas práticas para os candidatos a instrutores e seus auxiliares da Escola Militar.

nome da missão talvez esteja por demais relacionado à tentativa de se estabelecer um grupo de instrutores nacionais partidários do estabelecimento de uma cultura militar própria do Brasil, apesar de terem como base de sustentação ideológica, os aprendizados do Exército alemão, que ajudou na construção dessa nova cultura que tentava se impor na Instituição.

A primeira turma de instrutores nomeados, por concurso, para Escola foi os seguintes oficiais:

Militar	Arma
Primeiro Tenente Eduardo Guedes Alcoforado	Infantaria
Primeiro Tenente Newton de Andrade Cavalcanti	
Primeiro Tenente Demerval Peixoto	
Primeiro Tenente João Barbosa Leite	
Segundo Tenente Odylio Denys	
Capitão Euclides de Oliveira Figueiredo (ex-estagiário no Exército alemão)	Cavalaria
Primeiro Tenente Renato Paquet	
Primeiro Tenente Orosimbo Martins Pereira	
Primeiro Tenente Antônio da Silva Rocha	
Capitão Epaminondas de Lima e Silva (ex-estagiário no Exército alemão)	Artilharia
Primeiro Tenente Luiz Correa Lima	
Primeiro Tenente Mario Ary Pires	
Primeiro Tenente Artur Joaquim Panfiro	

No entanto, não poderíamos nos furtar de uma análise mais profunda da afirmação de Leonardo Trevisan em sua tese de doutorado¹⁰ de que **todos** os ex-estagiários do Exército alemão e seus discípulos mais diretos participaram do primeiro concurso para instrutores, dominando depois disso o quadro de docentes daquela Instituição de Ensino Militar. Logo, ao analisarmos o quadro acima constituído da primeira turma de instrutores nomeados para a EMR, verificamos que dos dezesseis oficiais que estagiaram no Exército alemão apenas dois deles estão presente na lista entre os selecionados, assim como em outra lista disposta nesse trabalho com o nome dos instrutores que foram selecionados posteriormente.

Pelas informações obtidas no artigo do Marechal Odylio Denys, na Revista *A Defesa Nacional*, o número de selecionados na primeira turma de instrutores não foi suficiente para

¹⁰ TREVISAN, Leonardo N. *As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1993, p. 304.

preencher os claros existentes na Escola, o que foi ocorrendo ao longo do período marcado pelos anos de 1919 a 1922. Na relação abaixo registramos o nome de outros oficiais que foram selecionados para exercer a função de instrutores na EMR:

Militar	Arma
Capitão Outubrino Pinto Nogueira	Infantaria
Primeiro Tenente José Luiz de Moraes	
Primeiro Tenente Mario Travassos Penedo Pedras	
Primeiro Tenente Henrique Duffles Teixeira Lott	
Primeiro Tenente Victor César da Cunha Cruz	
Primeiro Tenente Olimpio Falconiere da Cunha	
Primeiro Tenente Filomeno Brandão	
Primeiro Tenente Joaquim Vieira de Melo	
Primeiro Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima	
Primeiro Tenente Tristão de Alencar Araripe	
Primeiro Tenente Cyro Espírito Santo Cardoso	
Primeiro Tenente Illydio Rômulo Colônia	
Primeiro Tenente Arlindo Murity da Cunha Menezes	
Capitão Milton de Freitas Almeida	Cavalaria
Primeiro Tenente Gomes de Paiva	
Primeiro Tenente Brasileiro Americano Freire	
Primeiro Tenente Aristóteles de Souza Dantas	
Capitão Eduardo Pfeil	Artilharia
Capitão Pompeu Horácio da Costa	
Primeiro Tenente Álvaro Fiúza de Castro	
Primeiro Tenente José Agostinho dos Santos	
Capitão Othon de Oliveira Santos	Engenharia
Primeiro Tenente Luiz Procópio de Souza Pinto	
Primeiro Tenente Juarez do Nascimento Fernandes Távora	
Primeiro Tenente Edmundo de Macedo Soares	

No ano de 1919, o Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, recebia a apresentação do primeiro grupo de instrutores com o seguinte discurso:

“Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros Oficiais, como há muito deveria ter sido feito. Participo,

conseqüentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não vos falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil mas não há motivo para o esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; para seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino, ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos Oficiais têm passado pela Escola Militar como Instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca o corpo de Instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional.

Não demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo terão na Escola Militar, se bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para a formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito pelas vossas nomeações.”¹¹

Logo, percebemos que pelo discurso proferido, o Alto Comando do Exército abria a porta da Escola Militar para um importante passo na modernização do ensino e da organização do Exército. Chamada de “Missão Indígena”, os novos instrutores tinham como função divulgar, generalizar, unificar e consolidar a instrução militar no Exército, através da eficiência crescente e definitiva, que deveria ser acompanhada do progresso constante na arte da guerra verificada nos países mais desenvolvidos do mundo, procurava-se com isso valorizar mais o militar dos Corpos de Tropa. Também é interessante analisar que homogeneidade se queria atingir com a entrada desses novos instrutores na Escola Militar, talvez a homogeneidade dos ex-estagiários do Exército alemão de 1910 á 1912. De acordo com esse texto do Marechal Odylio Denys¹², o nome de “Missão Indígena” foi dado em conseqüência da proximidade da chegada da Missão Militar Francesa, contextualizada pela seleção de oficiais nacionais para compor o quadro de instrutores da Escola Militar. Esses instrutores administraram os ensinamentos dos ex-estagiários do Exército alemão, buscaram trazer para Escola Militar as inovações ocorridas na Europa, mais propenso aos ensinamentos práticos do que teóricos. Podemos dizer que eles sem querer abriram espaço para o avanço interventor dos conhecimentos da Missão Militar Francesa na Escola Militar do Realengo.

¹¹ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. n.º. 718, p. 16.

¹² DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. n.º. 718, p. 17.

A Atuação da EMR no Movimento Tenentista

O início dos anos 1920, além das diversas mudanças que ocorreriam na Escola Militar, representou um momento de crise política na História brasileira. Arthur da Silva Bernardes, depois de conturbada campanha política, no contexto do surgimento das chamadas “cartas falsas”, supostamente escritas por ele a Raul Soares insultando Hermes da Fonseca, foi eleito, e reconhecido Presidente da República em substituição a Epiácio Pessoa. Para impedir sua posse, levantaram-se em 5 de julho de 1922 a Escola Militar, o Forte Copacabana, e a guarnição federal do Mato Grosso. Apesar de tudo isso, tomou posse em 15 de novembro de 1922, pouco mais de dois meses após as grandes festas em comemoração ao centenário da independência do Brasil.

Segundo o Marechal Denys, ao que tudo indica, a rigidez disciplinar da “Missão Indígena” e o ensino militar com predominância de um modelo mais prático do que teórico na Escola Militar do Realengo, não foram obstáculos suficientes para que seus alunos participassem dos eventos do 5 de julho de 1922, levando mais a demonstrar todo seu descontentamento com as mudanças ocorridas na Escola e no ensino. No entanto, esse discurso fica por demais inconsistente por conta das diversas reações governamentais que levantamos contra os alunos e instrutores da Escola. Disciplinarmente, a reação do Comando do Exército foi enérgica, expulsando todos os alunos envolvidos no acontecimento. O Ministro da Guerra declarou que, em face do inquérito¹³ aberto sobre os acontecimentos em que foi envolvida a Escola Militar no dia 5 de julho de 1922, o Governo resolvera desligar imediatamente, a bem da disciplina, 256 (duzentos e cinquenta e seis) alunos envolvidos e que continuaram preso; 333 (trezentos e trinta e três) alunos que foram distribuídos pelas unidades das diversas regiões militares para serem desligados do serviço ativo do Exército; e 58 (cinquenta e oito) restantes mencionados que foram postos em liberdade. Houve também, o afastamento do comandante da Escola¹⁴ e todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena, com isso facilitando a aceitação da presença

¹³ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Boletim do Exército Nº. 36, de 31 de Julho de 1922. Aviso Nº. 567, de 22 de julho de 1922. Diversas ordens sobre alunos da Escola Militar.

¹⁴ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Boletim do Exército Nº. 36, de 31 de julho de 1922. Aviso Nº. 583, de 26 de julho de 1922. O Ministro da Guerra declarou que o Tenente-Coronel Álvaro Guilherme Mariante ocupou militarmente a Escola Militar, assumindo o respectivo comando na manhã de 5 de julho de 1922, em virtude da rebelião dos alunos daquele estabelecimento.

na Escola da Missão Militar Francesa em 1924, já na gestão do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que procedeu na época nova reforma no Regulamento da Escola Militar.

Ponto interessante nesse caso, foi que analisando a lista de processados¹⁵ no movimento de 1922, podemos constatar a presença de alguns instrutores que integraram a Missão Indígena na EMR no período de 1919 a 1922, conforme verificamos abaixo: os 1º Tenente Odílio Denys, Arlindo Maurity da Cunha Menezes, Braziliano Americano Freire, Illydio Rômulo Colônia, Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Cyro do Espírito Santo Cardoso, Aristóteles de Souza Dantas, e Edmundo Macedo Soares e Silva.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. In: CARVALHO, J. M. **As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 1985.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Exército**. Brasília: ENAP, Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

¹⁵ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Fundo Estado-Maior do Exército. Relação nominal dos oficiais pronunciados pelos acontecimentos do 5 de julho de 1922, realizada e monitorada pelo Departamento do Pessoal da Guerra, de acordo com a situação de cada militar.

SODRÉ, Nélson Werneck. **História Militar do Brasil**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TREVISAN, Leonardo N. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1993.